PODER JUDICIÁRIO
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO
JUÍZO DA 1ª VARA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE DIAMANTINO/MT

PROCESSO: 1001928-45.20264.01.3604
CLASSE: Alienação de bens do acusado
POLO ATIVO: Polícia Federal no Estado de Mato Grosso
Patronos: não informado
POLO PASSIVO: Não Informado
Terceiros Interessados: Ministério Público Federal, e SENAD (Autos SEI 08129.012650/2026-19)
Depositário/Terceiro Interessado: Paulo Cesar França, patrona Nelma Adriana da Silva

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO

O MM. Juiz(a) **Pablo Kipper Aguilar**, juiz federal da 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Diamantino, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que deste edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que foi designada a venda dos bens penhorados, descritos abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir:

A arrematação far-se-à nos termos do artigo 120, § 5º e 144-A e parágrafos do Código de Processo Penal, cujo valor arrecadado ficará depositado em conta judicial, à disposição deste Juízo, observadas ainda as seguintes condições:

DOS BENS IMÓVEIS, MÓVES E SEMOVENTES: Os bens serão vendidos em caráter "ad corpus" e no estado em que se encontram, conforme descrições constantes nos lotes e seus respectivos números de editais de leilão, publicados no Diário Eletrônico da Justiça e no portal da leiloeira, utilizado pela Leiloeira designada, através dos endereços **www.polileiloes.com.br e/ou www.polileiloes.net,** indicando-se o valor da avaliação. A descrição detalhada dos bens a serem apregoados estão disponíveis no portal da leiloeira, através dos endereços **www.polileiloes.com.br e/ou www.polileiloes.net.**

DOS VÍCIOS: As áreas mencionadas e as benfeitorias dos imóveis serão meramente enunciativas, podendo não ser exatas.

Ao arrematante ou adjudicatário não é dado o direito de devolução do bem móvel ou imóvel sob a alegação de vícios redibitórios.

DA VISITAÇÃO: Constitui ônus dos interessados examinar os bens a serem apregoados. As visitas, quando autorizadas, deverão ser agendadas via email contato@polileiloes.com.br ou ainda pelo telefone/whatsapp (65) 3028-8051.

DO LEILÃO: O leilão será realizado por MEIO ELETRÔNICO, no portal da leiloeira, através do endereço **www.polileiloes.com.br**. **O leilão será aberto na data de 17/11/2026** para recebimento de lances, com **encerramento do 1º Leilão na data de 24 de novembro de 2026** a partir das **14h30 horário local, 15h30 horário de Brasília/DF**.

Caso os lances ofertados não atinjam o valor de avaliação no 1º Pregão, o leilão seguir-se-à sem interrupção até a data de **02 de dezembro de 2026** a partir das **14h30 horário local, 15h30 horário de Brasília/DF**.

DA CONDUTORA DO LEILÃO – A praça/leilão será conduzida pela Leiloeira Oficial e Leiloeira Rural, Sra. Poliana Mikejevs Calça, matriculada na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso – JUCEMAT sob o nº 18 e credenciada junto à FAMATO sob nº 070/2013.

DO VALOR MÍNIMO DE VENDA DOS BENS – Em primeira praça o valor mínimo para a venda dos bens apregoados será o valor da avaliação judicial, em segunda praça o valor mínimo para venda dos bens apregoados será de 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação judicial.

DOS LANCES – Os lances poderão ser pela rede Internet, através do portal da leiloeira, através dos endereços **www.polileiloes.com.br e/ou www.polileiloes.net**.

Não poderão ofertar lances:

a) Tutores, curadores, testamenteiros, administradores, síndicos ou liquidantes, quanto aos bens confiados a sua guarda e responsabilidade; mandatários, quanto aos bens de cuja administração ou alienação estejam encarregados;
b) juízes, os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública, o Gestor Judiciário, demais servidores e auxiliares da justiça, em relação aos bens e direitos objeto de alienação na localidade onde servirem ou a quem se estender a sua autoridade, parentes e/ou afins dos mesmos até 3º grau;
c) menores, servidores públicos em geral, quanto aos bens ou direitos da pessoa jurídica a que servirem ou que estejam sob sua administração direta ou indireta, serventuários da justiça ligados ao leilão, parentes e/ou afins dos mesmos até 3º;
d) a leiloeira e seus prepostos quanto aos bens de cuja venda estejam encarregados, parentes e/ou afins dos mesmos até 3º grau;
e) os advogados de qualquer das partes.

DOS DÉBITOS DO(S) BEM(NS) – O arrematante se responsabiliza pelo pagamento de todos os débitos incidentes sobre o(s) bem(ns) arrematado(s), ainda que relativos a períodos anteriores à data da arrematação, tais como débitos de condomínio, água, luz e gás, quanto às taxas, multas e impostos aplicar-se-á o disposto no artigo 130 do CTN.

Serão de responsabilidade do arrematante ou adjudicatário todas as providências e despesas necessárias à transferência dos imóveis, tais como: ITBI, foro, laudêmio, taxas, alvarás, certidões, escrituras, registros e outras despesas pertinentes, inclusive débitos apurados junto ao INSS oriundos de construção ou reformas não averbadas no órgão competente.

A transferência de veículos junto ao DETRAN será arcada pelo arrematante ao adjudicatário, ressalvadas eventuais multas de trânsito, imposto relativo a período pretérito à expropriação.

DA COMISSÃO DA LEILOEIRA OFICIAL - O arrematante deverá pagar à Leiloeira Oficial, a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) do preço de arrematação. A comissão devida não está inclusa no valor do lance, e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial, por razões alheias à vontade do arrematante, deduzidas as despesas incorridas, se for o caso. Caberá à Leiloeira Oficial designada a entrega, no primeiro dia útil após a realização do Leilão Oficial, na Secretaria Judiciária, a relação de bens arrematados e seus respectivos adquirentes.

DO PAGAMENTO - O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do bem arrematado, deduzido o valor da caução ofertada, se o caso, no prazo de até 03 (três) dias úteis após o encerramento da praça, através de guias próprias de depósito judicial, junto à CEF, em favor do Juízo da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Diamantino/MT, bem como as custas de arrematação (Lei nº 9289/96), conforme o valor previsto na Tabela III, da Portaria Consolidada PRESI 9902830 de 12/03/2020, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sob pena de se desfazer a arrematação.

DO PAGAMENTO PARCELADO – O pagamento poderá ser parcelado, conforme previsto no artigo 895 § 1º do Código de Processo Civil, em até 30 (trinta) parcelas iguais e sucessivas, sendo um pagamento de 25% (vinte e cinco por cento), no prazo de até 03 (três) dias úteis após o encerramento da praça, através de guias próprias de depósito judicial, junto à CEF, em favor do Juízo da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Diamantino/MT, bem como as custas de arrematação (Lei nº 9289/96), conforme o valor previsto na Tabela III, da Portaria Consolidada PRESI 9902830 de 12/03/2020, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, devidamente acrescida da comissão do(a) leiloeiro(a), garantido por hipoteca se bem imóvel, e por caução idônea se bem móvel, cujas parcelas mensais e sucessivas serão corrigidas por 1% (um por cento) ao mês mais taxa SELIC, vencíveis a cada 30 (trinta) dias contados da arrematação.

No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, a título de indenização pelo retardamento da execução. Em caso de inadimplemento de qualquer das parcelas, a arrematação será resolvida, restabelecendo-se a propriedade do executado ou terceiro garantidor. Pagamento à vista, sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado.

DO PAGAMENTO DA COMISSÃO - O pagamento da comissão da Leiloeira Oficial deverá ser realizado em até 03 (três) dias úteis a contar do encerramento do leilão/ciência da liberação do lance condicional, através de depósito bancário/boleto bancário, guias disponíveis na seção “Minha Conta”, do Portal da Leiloeira, **www.polileiloes.net** e/ou **polileiloes.com.br**.

DO ACORDO/PAGAMENTO: A partir da publicação do Edital, e antes do encerramento do leilão negativo, na hipótese de acordo ou pagamento, será devido pelo(s) executado(s) a comissão de 2,5% (dois vírgula cinco por cento) à Leiloeira, apurada sobre o valor do acordo ou pagamento.

DA REMIÇÃO: Remida a dívida após a realização do leilão com resultado positivo, será devida a integralidade da comissão à leiloeira, inteligência do artigo 7º, § 3º e § 7º da Resolução 236/2016 CNJ.

Desfeita a arrematação pelo Juiz, por motivos alheios à vontade do arrematante, serão restituídos ao mesmo os valores pagos e relativos ao preço do bem arrematado e a comissão da Leiloeira, deduzidas as despesas incorridas, se o caso.

DA PENALIDADE POR ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DA JUSTIÇA – No caso de suscitação infundada de vício com o objetivo de ensejar a desistência do arrematante, será aplicada a penalidade

prevista no artigo 903, § 6º do Código de Processo Civil, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos, o que desde logo se fixa em 20% (vinte por cento) do valor atualizado do bem ofertado.

DA IMISSÃO NA POSSE - Em caso de resistência na entrega do bem pelo executado, o arrematante deverá requerer nos autos a imissão na posse, a ser cumprido pelo Sr. Oficial de Justiça, com reforço policial, se o caso, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas do recebimento do mandado pelo Sr. Oficial de Justiça. As demais condições obedecerão ao que dispõe o CPC, o Decreto nº 21.981/32, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427/33, que regulamenta a profissão da Leiloeira Oficial, a Resolução nº 92 de 18/12/2009 do Conselho da Justiça Federal, e o caput do artigo 335, do CP.

DO(s) BEM(ns):

Lote 01 – Aeronave Cessna, modelo U206G, tipo ICAO, C206, ano de fabricação 1978, número de série U20604109 de matrícula estrangeira CP-3203, boliviana, sem Registro Aeronáutico Brasileiro, portanto, sem documentações de origem, pintura branca, com detalhes e azul, cinza e dourado, equipara com motor Continental Motors modelo IO-550-F, hélice Hartzell. Estado de conservação ruim, com modificações estruturais destinadas ao aumento da autonomia de voo, consistentes na instalação de bomba de combustível e sistema de mangueiras adaptado para transferência de combustível de recipientes transportados em seu interior para os tanques das asas. Bem depositado a céu aberto há mais de 2 anos.
Ônus/Informações importantes: 01) Bem vendido no estado em que se encontra, sem garantia de aeronavegabilidade e sem direito a documentação posterior quanto ao estado, quantidade ou qualidade de componentes; **02)** Sem registro Aeronáutico Brasileiro e sem documentação de origem, sendo de exclusiva responsabilidade e risco do arrematante eventual regularização perante a ANAC, a Receita Federal e demais órgãos, sem garantia de êxito; **03)** Remoção do bem no prazo de 15 (quinze) dias contados da expedição pelo juízo da Carta de Arrematação, após este período o depósito correrá às expensas do arrematante; **04)** Fica o arrematante isento de multas, encargos e tributos anteriores à arrematação.
Avaliação: R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) em 14 de julho de 2026.
Depositário: Paulo Cesar França
Local do Bem: Fazenda Aliança, Aeroagrícola Vale do Guaporé, Sapezal/MT.

Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no Portal do Leiloeiro através dos endereços **www.polileiloes.com.br e/ou www.polileiloes.net.br.**

A publicação deste edital supre eventual insucesso das notificações pessoais e dos respectivos patronos, conforme preceitua o Parágrafo Único do artigo 889 do Código de Processo Civil.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Diamantino, Estado do Mato Grosso. Edital, datado e assinado eletronicamente.